

MINISTÉRIO DA CULTURA		
	PARECER TÉCNICO – DPMUS/BSB/IBRAM	
		N°01/2013 Data: 04/06/2013

NUP 01415.006630/2013-10

À senhora **Jurema de Souza Machado**, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN,
 À senhora **Célia Maria Corsino**, Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial – DPI/IPHAN
 Aos senhores(as) Conselheiros(as) do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural

Assunto: Parecer sobre o Registro da Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim como Patrimônio Cultural do Brasil (Processo 01450.000828/2010-11)

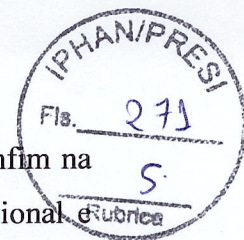
Tenho a honra de submeter aos membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural parecer sobre o registro da Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim de Salvador como Patrimônio Cultural do Brasil, atendendo à solicitação encaminhada pela Diretoria do Departamento do Patrimônio Imaterial, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, através do Ofício nº 112/13, de 23 de abril de 2013.

Para a análise, recebi da Secretaria Executiva do Conselho Consultivo a cópia do Processo 01450.000828/2010-11, que trata do pedido de registro do referido bem cultural de natureza imaterial, tendo como interessada a Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, associação de direito privado, constituída de leigos católicos, que tem por objetivo perpetuar o culto ao Senhor Bom Jesus do Bonfim e Nossa Senhora da Guia. A Devoção foi fundada em 18 de abril de 1745, e tem atuado ao longo de mais de dois séculos como zeladora e administradora da Basílica do Bonfim, além de promover anualmente a festividade na Colina Sagrada, na cidade de Salvador.

1. Contexto do pedido

Com o intuito de esclarecer os membros do Conselho Consultivo – a quem cabe a decisão final sobre o registro, conforme o Art. 4º, do Decreto nº 3.551 (04/08/2000), e o Art. 13, da Resolução IPHAN nº 001 (03/08/2006) –, sobre o contexto processual que norteou o parecer que ora se encaminha, passo a relatar os principais procedimentos que marcaram a trajetória do pedido no IPHAN.

Trata-se de um movimento iniciado em 2008, a partir de contatos estabelecidos entre a Superintendência do IPHAN no Estado da Bahia e a Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, baseada tanto no desejo de preservação da riqueza do patrimônio representado



pelas festas populares religiosas na Bahia quanto na singularidade da Festa do Bonfim na cidade de Salvador, a festividade sagrada mais popular da cidade, conhecida nacional e internacionalmente.

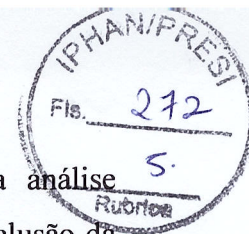
Através do Parecer Técnico nº 156/08, de 30/05/2008 (às fls. 62), a historiadora do IPHAN na Bahia, Ivanirce Gomes Wolf, informou sobre as providências tomadas para o desenvolvimento do Projeto de Inventário e Registro da Festa de Nosso Senhor do Bonfim, após aprovação das diretrizes do Plano de Ação de 2008, e sobre contato estabelecido com representantes da Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim. O Parecer Técnico foi enviado ao Chefe da Divisão Técnica, Sr. Bruno Tavares, com vistas ao seu encaminhamento à Gerência de Registro do DPI, para apreciação e providências cabíveis.

A Devoção encaminhou à Presidência do IPHAN, através de correspondência nº 066/08 (sem data declarada, à fl. 1) uma solicitação de registro, assinada pelo Juiz-Presidente da Devoção, Sr. Flodoardo Caldas Medeiros de Azevedo, intitulado “Solicitação de Registro da Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim como Bem Cultural de Natureza Imaterial do Brasil”. O documento contém justificativa, informações históricas, fontes documentais, além do estatuto da associação e de uma solicitação assinada por mais de 200 devotos estatutários.

Técnicos do IPHAN e profissionais contratados iniciaram uma pesquisa visando prospectar informações e documentar a Festa do Bonfim, com o objetivo de compor o dossiê para o registro. Um primeiro Processo foi aberto formalmente em 23 de julho de 2009, de nº 01502.001405/2008-32 pela Superintendência do IPHAN/BA, sendo o mesmo cancelado, a fim de que se ajustasse ao rito processual indicado para o caso, ou seja, abertura na sede do IPHAN, sendo o Processo definitivo aberto em 5 de maio de 2010, pelo Departamento de Patrimônio Imaterial.

Segundo informação contida na publicação “Festa do Bonfim – A maior manifestação religiosa popular da Bahia”, anexada ao Processo, a pesquisa visando à composição do dossiê se estendeu de janeiro de 2009 a setembro de 2011. Ao longo deste período, além das consultas aos principais arquivos ligados ao tema e à produção existente sobre a Festa, foram realizadas entrevistas e estudos a partir da observação direta, especialmente nos anos de 2009 e 2010.

Através da Nota Técnica nº 23/2012, de 23 de julho de 2012, da Coordenação Geral de Identificação e Registro do DPI/IPHAN, o pedido de registro foi encaminhado para a análise da Câmara do Patrimônio Imaterial, que o examinou em reunião no dia 30 de julho de 2012. Segundo indica a Ata da 20ª Reunião da Câmara Técnica, aquela instância



declarou “indubitável a pertinência do pedido, devendo haver apenas uma análise conclusiva do processo, para que se deve solicitar o envio do Processo para conclusão da avaliação do DPI”.

Como decorrência, a instrução final do Processo foi encaminhada à Presidência do IPHAN em 21 de setembro de 2012 (Memorando nº 0701/12-IPHAN/BA), pelo Superintendente do IPHAN na Bahia, Sr. Carlos A. Amorim, em conformidade como o Decreto nº 3.551/2000 e a Resolução IPHAN nº 001/2006. O documento foi constituído na forma de um relatório, contendo a descrição detalhada do bem (a Festa do Nosso Senhor do Bonfim), acompanhada da documentação de suporte, indicando uma análise dos riscos que ameaçam a festividade e propostas de ações de salvaguarda. Com base no relatório, foi produzida uma Nota Técnica (nº 008/2013), em 22 de abril de 2013, pela Coordenadora de Registro/DPI, srª Claudia Marina Vasques, que concluiu favoravelmente pela inscrição da Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim no Livro de Registro das Celebrações, sendo estes dois documentos a base do presente parecer.

2. Síntese da Festa do Senhor do Bonfim

A Festa do Nosso Senhor do Bonfim é composta por um ciclo de celebrações que se estende por onze dias, a partir do Dia de Reis (6 de janeiro), assim ordenado: a Novena, a Lavagem das Escadarias da Igreja do Bonfim, apresentação dos Ternos de Reis, a Missa Solene e, mais recentemente, a Procissão dos Três Pedidos. O Relatório também citou a Segunda-feira na Ribeira, uma espécie de prolongamento das festividades, que perdeu, com o passar do tempo, os vínculos com a Festa do Senhor do Bonfim.

A Novena se inicia após o Dia de Reis, programada para terminar no sábado, véspera do dia do Senhor do Bonfim. Durante os nove dias, são realizadas na Basílica do Bonfim as rezas do novenário, a cargo da Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim. Esta é a manifestação mais antiga do ciclo de festejos do Bonfim. O núcleo original da Igreja do Bonfim foi inaugurado em 1754, situado em posição estratégica na cidade, na península de Itapagipe.

A Lavagem do Bonfim é realizada sempre na segunda quinta-feira após o Dia de Reis, anterior ao dia do Senhor do Bonfim. O cortejo que culmina com a lavagem das escadarias da Igreja do Bonfim tem início na Igreja da Conceição da Praia, de onde partem as “baianas” – mulheres vestidas de indumentária tradicionalmente utilizada nos terreiros de Candomblé –, que carregam sobre a cabeça potes de cerâmica, iguais aos modelos usados em residências no século XIX para guardar água de beber. Esses potes, utilizados em rituais do candomblé para guardar conteúdos sagrados, chamam-se “quartinhas”, e

levam a água de cheiro para a lavagem das escadarias. O Cortejo é acompanhado por distintos grupos, como os seguidores da Umbanda e do Candomblé, dentre outros, e se desloca por cerca de oito quilômetros até a Colina Sagrada, passando por diversos bairros da cidade, desde a zona portuária até a península de Itapagipe. Trata-se de cerimônia mais popular da Festa do Bonfim, que mobiliza o maior quantitativo de pessoas.

A cerimônia propriamente dita da lavagem das escadarias ocorre antes mesmo da chegada do Cortejo à Colina, quando as baianas tomam conta do trecho correspondente à praça, ao adro e às escadarias da Igreja. A água de cheiro armazenada nas quartinhas é despejada sobre as escadarias, que são imediatamente varridas, e alguns fiéis que lá se encontram recebem o mesmo líquido em suas cabeças, como uma benção. Como veremos mais adiante, existem diferentes versões sobre a origem da cerimônia de lavagem.

A apresentação dos Ternos de Reis, ou Folia de Reis, acontece na véspera do dia do Bonfim. Comumente apresentado na véspera do Dia de Reis, no caso da Festa do Bonfim os Ternos acontecem no sábado à noite, após o último dia da novena. Outro dado peculiar do Terno de Reis nos festejos do Bonfim é sua apresentação em três alas de dançarinas: as baianinhas, as ciganinhas e as pastorinhas.

O final dos onze dias de festividades é marcado pela Missa Solene do dia do Senhor do Bonfim, que conta com a presença de autoridades políticas e eclesiásticas. A presença de representantes da classe política sempre marcou o festejo do Bonfim, seja no cortejo da lavagem ou na missa final.

Segundo a instrução encaminhada pela Superintendência do IPHAN na Bahia, desde 2009 é realizada uma procissão chamada de “Três Pedidos”, uma alusão ao costume dos fiéis de fazerem os três pedidos no momento de amarrar a fita do Bonfim no pulso ou no gradil da Igreja. Esta procissão é composta por andores do Senhor do Bonfim, Nossa Senhora da Guia, São Cosme e São Damião, além de outros santos trazidos de paróquias vizinhas, e tem início na capela do Hospital de Irmã Dulce. Ao chegar à colina, o cortejo dá

três voltas em torno da praça, antes da celebração de uma missa campal. Trata-se de um esforço de ampliação da fé católica no contexto das festividades.

3. Origens e continuidade histórica da Festa do Bonfim

A devoção ao Cristo Crucificado, ou Senhor do Bonfim (Bom-Fim, na grafia original), popularizou-se por sua associação aos moribundos, desejosos de um “bom fim”, ou de uma “boa morte”. Trata-se de uma devoção que remonta ao final do período medieval, e encontrou em Portugal uma boa acolhida no período das navegações, devido às

incertezas sobre o destino dos navegantes durante as travessias. O culto ao Senhor do Bonfim em Salvador começou com a chegada do Capitão português Theodósio Rodrigues de Faria (ou Theodósio Ruiz de Faria), em 1740, que trouxe de Lisboa uma imagem, semelhante a que se venerava em Setúbal, sua cidade natal, que ficou guardada na Igreja da Penha, na Cidade Baixa. Juntamente com outros portugueses, fundou uma Irmandade, chamada Devoção de Nosso Senhor do Bonfim, em 1745. No ano seguinte, foi iniciada a construção da igreja, que ficou pronta em 1754, quando a imagem foi definitivamente instalada em seu altar-mor, juntamente com a imagem de Nossa Senhora da Guia. Vale aqui destacar que a irmandade da Devoção é a responsável pelo culto ao Senhor do Bonfim antes mesmo da construção da igreja, e teve papel fundamental ao longo desses anos na propagação desse culto.

O local onde se encontra a Igreja do Bonfim também apresenta características singulares. A razão da sua escolha se deve à beleza do sítio e à sua disposição topográfica, uma colina, ou Alto de Monte Serrat. Após a construção da Igreja, a colina passou a ser chamada de Alto do Bonfim, Colina do Bonfim ou Colina Sagrada. As primeiras casas de romeiros começaram a ser construídas logo após o início das obras da igreja. A igreja sofreu várias remodelações até a forma atual, finalizada com a colocação dos azulejos portugueses na fachada, em 1873. Em seu interior destacam-se os trabalhos do pintor baiano Antonio Joaquim Franco Velasco, realizados em 1818.

Sobre a cerimônia de lavagem das escadarias, não é possível afirmar quando aconteceu pela primeira vez, nem a exata explicação de sua origem ritual. Algumas hipóteses sustentam que teria sido consequência de uma promessa de um ex-combatente da Guerra do Paraguai; outras afirmam que foi a partir do início à devoção de São Gonçalo, quando sua imagem foi levada ao interior da Igreja por devotas – ainda no início do século XIX –, que cuidavam dos ornamentos durante as festas do Senhor do Bonfim ou de São

Gonçalo, e lavavam o interior da igreja. Alguns autores sustentam, no entanto, que a Lavagem teve início logo após o término da construção da Igreja, quando escravos eram obrigados pela Irmandade a lavar o templo como parte dos preparativos para a festa do Senhor do Bonfim.

Sobre a origem da lavagem ligada à devoção de São Gonçalo, é sabido que, durante as festas, era promovido um ritual, onde as mulheres que almejavam fertilidade dançavam ao redor da imagem do santo, razão que levou o arcebispo da Bahia, em 1837, a editar uma portaria contendo duras críticas à iniciativa. Aos poucos, a Devoção do Senhor do Bonfim foi retomando a organização dos festejos de São Gonçalo, considerados pelo

arcebispo como “indecentes” e “ridículos”, e afastando do templo as iniciativas “estranhas” ao culto católico tradicional.

Vale destacar a que a tradição de lavagem ritual, como símbolo de purificação, é muito comum em diversas culturas e regiões do planeta, podendo ter chegado à Bahia a partir de costumes da Europa Ocidental. No entanto, é bastante plausível que o ritual da lavagem do Bonfim seja, desde sua origem, decorrência direta de sua associação aos ritos africanos em homenagem a Oxalá. O fato é que, em 1889, o arcebispo Dom Antônio Luís dos Santos publicou uma portaria proibindo as lavagens das igrejas de Salvador em dia de festa em homenagem aos santos, que contou com o apoio das autoridades civis, especialmente a Polícia.

É interessante observar o texto de uma carta do Arcebispo ao padre responsável pela Igreja de Nossa Senhora da Penha. Ao tratar da lavagem, dizia: “quanto ao asseio do templo para a festa, que seja feito muito particularmente em outro qualquer dia, de portas fechadas, sem o menor sinal de festa ou cantoria, e com toda a decência compatível com a Casa de Deus” (às fls. 131). Com a proibição, uma inesperada reação surgiu por parte das mulheres que costumavam realizar a lavagem no interior: iniciava-se, assim, o costume de lavar o adro e as escadarias da Igreja. Ao longo dos primeiros anos do século XX a cerimônia de lavagem, com o uso de vassouras, flores e água de cheiro, foi se firmando na fé popular, o que tornou a quinta-feira, paradoxalmente, o dia de maior destaque na Festa do Bonfim.

Ainda no dossiê podemos encontrar diversos relatos sobre a festa, como o do naturalista austríaco Maximiliano de Habsburgo (1860), passando pelo etnólogo Edison Carneiro (1945) e pela antropóloga norte-americana Ruth Landes (1947), dentre outros, que nos permitem desvendar a evolução da Festa até nossos dias, demonstrando suas permanências e rupturas. As fotografias de Pierre Verger e Voltaire Fraga, além das

pinturas de Carybé, contribuíram para a construção de uma extensa galeria de registros visuais da Festa, tornando-se, em alguns casos, emblemas do significado do Bonfim para a cultura da cidade de Salvador e da Bahia.

Naturalmente a Festa recebeu novos elementos e significados com o passar dos anos, assim como ocorre em tantas outras manifestações de caráter religioso ou civil. O dossiê busca assinalar, de forma detalhada, com grande base documental, as principais incorporações e apropriações que vêm ocorrendo no passado recente da Festa, em função das mudanças de hábitos na cidade, das interferências políticas, das restrições urbanísticas, do impacto turístico, dentre outras. Tais descrições permitem o conhecimento minucioso

do *modus operandi* da Festa, como a indumentária, a culinária, e as músicas, questões essenciais para a efetivação do Registro, de acordo com o que postula a legislação sobre os bens culturais de natureza imaterial.

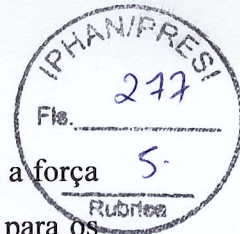
Dentre os fatores que deflagraram mudanças expressivas na Festa, especialmente no dia da Lavagem das Escadarias, podemos destacar a participação dos trios elétricos, a partir dos anos de 1970, no perímetro de origem do cortejo, nas imediações da Feira de São Joaquim. Em 1998 os trios foram retirados do Cortejo, sob diversas alegações, geralmente baseadas nos transtornos gerados pela aglomeração de pessoas ao seu redor. Há que se considerar que o Cortejo se desloca por diversos bairros, e que a população na cidade, como em muitas outras capitais do país, aumentou de forma considerável a partir dos anos de 1950.

Depois da retirada dos trios, começaram a surgir comemorações musicais paralelas, como o Bonfim Light, promovido por empresas ligadas ao carnaval na cidade, que ocorre próximo à Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, e a Enxaguada do Bonfim, criada pelo músico Carlinhos Brown, no bairro do Comércio. Por outro lado, observa-se que aspectos do Cortejo já consagrados, como a participação de jegues (que no século XIX levavam tonéis cheios para lavar a Igreja), foram contestados por membros de organizações não governamentais e sociedades protetoras dos animais. Alegavam esses grupos que os animais eram submetidos a uma longa caminhada, em período de grande calor, situação agravada pelo estresse provocado pelo barulho e pela quantidade de pessoas acompanhando o Cortejo.

Dentre as principais modificações na Festa do Senhor do Bonfim, já citadas anteriormente, destacam-se as ocorridas em 2009, com a realização da primeira Procissão dos Três Pedidos no Domingo de encerramento das atividades. Também a apropriação política da Festa, através da constante interferência do Poder Público na sua organização e

divulgação, foi comentada no referido dossiê, como forma de associar o nome de políticos locais à fé religiosa, de grande alcance popular, e de estimular o turismo. As mesmas influências de matriz africana que incomodaram os homens públicos e autoridades eclesiásticas no século XIX passaram a ser o elemento de principal apelo simbólico da Festa a partir do final dos anos de 1970.

A parte final do dossiê é dedicada à avaliação e análise dos riscos da Festa do Bonfim, em atendimento à alínea VI, do Art. 9, da Resolução IPHAN 001/2006. De uma forma geral, o dossiê destaca que a Festa foi gradativamente se tornando um evento massificado, seja como decorrência natural do aumento populacional da cidade, seja pelo



uso político da manifestação ou, mais recentemente, pelo uso comercial. Contudo, a força do seu sentido original, ou seja, de homenagear o Senhor do Bonfim – ou Oxalá, para os seguidores do Candomblé – está mantida, acrescida de alguns novos elementos rituais, e de um número maior de seguidores. Este caráter de permanência de sentido é considerado no dossiê como um índice de que a festa não corre risco de desaparecimento, ainda que algumas ações de salvaguarda sejam indicadas, como o estímulo à participação do Terno de Reis, apoio às baianas e manutenção da tradição do cortejo de jegues.

Finalizando, o dossiê propõe que seja organizado um fórum, que reúna representantes de todos os seguimentos que participam de sua gestão e organização – Irmandade e representantes da Igreja, Terno de Reis, grupos de samba de roda, federações e associações que reúnem casas de culto afro-brasileiro, capoeiristas, ambulantes, dentre outros – para uma reflexão conjunta, com o objetivo de formular políticas de salvaguarda.

4. Parecer

Tendo em vista a aplicabilidade e as ações práticas resultantes do registro e da salvaguarda de bens de natureza imaterial, é preciso considerar alguns aspectos. De forma sintética, gostaria de enfatizar a importância da produção de conhecimento e de documentação sobre o bem que se deseja registrar, e o apoio às condições sociais e materiais que permitam a sustentabilidade de uma determinada prática de sociabilidade, que inclua a sensibilização e o engajamento das populações beneficiárias, que podem, inclusive, usufruir de benefícios econômicos oriundos dessas atividades. Não é uma tarefa simples, mas é o desafio implícito aos registros do chamado patrimônio imaterial.

Vale, inicialmente, ressaltar que tanto a questão da produção de conhecimento quanto o entendimento das diversas variáveis sociais da festa estão amplamente sustentadas na instrução final do processo. Foram plenamente atendidas as questões presentes na legislação vigente, em especial às normas emanadas pela Resolução nº 001 (03/08/2006), que em seu Art. 9 determina que a produção de conhecimento contenha, dentre outros elementos, a descrição pormenorizada do bem, referências à formação e continuidade histórica, referências bibliográficas e documentais pertinentes, análise de riscos e ações de salvaguarda. Na condição de conselheiro-parecerista considero que os argumentos necessários à decisão do Conselho do Patrimônio estão devidamente descritos no extenso e cuidadoso estudo produzido pelos proponentes, e são suficientes para a tomada de decisão.

Gostaria, no entanto, de fortalecer alguns aspectos que considero relevantes no conjunto de justificativas e argumentos que embasam a idéia de registro da Festa de Nosso

Senhor do Bonfim, de Salvador, como contribuição à reflexão do Conselho Consultivo. A complexa tarefa de registrar um patrimônio de natureza imaterial reside, muitas vezes – especialmente quando se trata de festas que marcam a vivência coletiva –, em considerar uma distinção entre a idéia de autenticidade enquanto originalidade, de uma autenticidade baseada numa noção dinâmica, que compreende uma permanente transformação, construída ao longo de um processo histórico específico. No caso da Festa do Senhor do Bonfim, em Salvador, torna-se clara esta distinção, na medida em que a Festa, originada no culto de tradição católica, foi se “deslocando” simbolicamente, e mesmo liturgicamente, do lugar de origem para um lugar resultante de novas apropriações, exatamente onde reside sua singularidade nos dias atuais.

Esta não é uma característica exclusiva da Festa do Senhor do Bonfim em Salvador. Outras festas religiosas no Brasil também retratam esta dinâmica relação estabelecida entre uma festividade de origem tradicional católica e as formas de apropriação das populações locais, o chamado de “catolicismo tradicional popular”. Em alguns casos, esse chamado catolicismo popular surge de uma priorização dos aspectos devocionais, que dizem mais respeito à vida cotidiana dos fiéis, frente aos aspectos puramente sacramentais. Entretanto, no caso do Senhor do Bonfim, as apropriações populares extrapolam a simples hegemonia dos aspectos devocionais; aqui surge o fenômeno do sincretismo entre o culto de matriz católica e o culto de matriz africana, que mobiliza adeptos de crenças diferentes, mas irmanados no princípio da fé, simbolizado especialmente na cerimônia de lavagem das escadarias da Igreja do Bonfim. Sem dúvida, este processo histórico específico acabou por transformar a Festa do Bonfim na mais importante manifestação religiosa da Bahia, com repercussão em todo o país, e mesmo fora dele, e que mobiliza um grande contingente populacional.

Existem posições divergentes sobre o papel do sincretismo na Festa do Bonfim. Alguns autores que se dedicaram ao seu estudo procuram separar a Festa do Senhor do Bonfim ocorrida durante a Novena, e que termina com a Missa Solene, de caráter eminentemente católico, da cerimônia de lavagem das escadarias, nitidamente voltada à devoção de Oxalá, para os seguidores do Candomblé. Esta posição, no entanto, não foi a seguida pelo dossiê apresentado pelos especialistas do IPHAN, pois que no percurso descritivo da Festa estão incluídas tanto a novena e missa solene quanto a lavagem das escadarias. Reitero a pertinência e a clarividência da escolha dos especialistas do IPHAN.

Também sobre o valor do sincretismo na Festa, outras posições alertam para o perigo dos estereótipos criados com o objetivo de fundar uma “baianidade”, com interesses

estritamente políticos e turísticos. São pontos sensíveis, que não devem ser descartados na análise preliminar visando o registro do bem em questão, mas que determinam, paradoxalmente, o caráter peculiar do evento. Pelo lado da Igreja, as alterações na Festa iniciadas em 2009 demonstram a intenção de reconhecer a pluralidade da vivência religiosa da celebração. Neste ano, o Padre Edson conduziu a imagem do Senhor do Bonfim até uma das janelas da Igreja para abençoar os participantes da festa. Segundo o Relatório do IPHAN “o ato foi uma tentativa de minimizar os efeitos da proibição do final do século XIX”.

Sob a ótica do catolicismo tradicional popular podemos fazer algumas comparações entre a Festa do Bonfim com outra festa religiosa registrada como patrimônio de natureza

imaterial, o Círio de Nazaré. Ambas têm sua origem na devoção trazida pelos colonizadores portugueses, no século XVIII, e viveram momentos de tensão entre a forma de culto eclesiástico tradicional e a popular. A Igreja, nos primeiros séculos da colonização, incentivou diversas formas de devoção, no interesse evidente de ampliar os domínios da fé católica, ao mesmo tempo em que se preocupava em estabelecer um maior controle sobre os chamados “desvios”, ou “abusos” praticados pela população.

No caso do Círio, as autoridades eclesiásticas demonstraram preocupação com a intensa demonstração de fé que homens e mulheres – juntos, e não separados – praticavam ao redor do andor da Imagem de Nossa Senhora de Nazaré, considerada inadequada. No caso da Festa do Bonfim, como comentado anteriormente, um dos primeiros exemplos de tensão ocorreu ainda na primeira metade do século XIX, demonstrado pelas críticas do Arcebispo da Bahia em relação às danças das devotas de São Gonçalo, cuja evolução no interior do templo sagrado era considerada “indecente” e “ridícula”. Em relação ao Círio, a própria cerimônia chegou a ser cancelada pelo clero, em fins do século XIX, sob a alegação de “representações indecorosas”, o que levou a população a organizar por conta própria a festa, os chamados “Círios Civis”.¹ No último quartel do século XIX a maior preocupação da Igreja baiana passou a se concentrar na participação de membros das religiões de matriz africana, através da devoção a Oxalá, a partir de sua correspondência sincrética com o Senhor do Bonfim.

É interessante ressaltar que, a partir das tensões estabelecidas entre a fé popular e a tradicional, surgiram cenários complexos, onde estão presentes vários ingredientes, que revelam conflitos entre Igreja, os poderes políticos locais – nem sempre em comum acordo –, e a população devota, que se apropria de modo particular do evento religioso, transformando-o constantemente. A questão do sincretismo religioso no Brasil, mesmo

corrente, ainda desperta estranhamentos. Basta lembrar a posição do Papa Bento XVI, expressa em 2010, quando de sua visita ao Brasil, sobre o que chamou de “fantasias” na Eucaristia. Segundo noticiou o Estado de São Paulo, na edição de 15 de abril de 2010, Bento XVI alertou os bispos brasileiros sobre “tudo o que possa ofuscar o ponto mais original da fé católica”, uma advertência para os riscos do sincretismo. O Vaticano rejeita que sejam introduzidos ritos tomados de outras religiões ou particularismos culturais na celebração das missas.

Aqui começa a singularidade – e não necessariamente a exclusividade – da cerimônia de lavagem das escadarias, parte integrante da Festa. Se não podemos afirmar que desde as primeiras cerimônias de lavagem, dentro ou fora da igreja, a associação ao culto de Oxalá – criador do mundo e dos homens, pai de todos os orixás – estivesse presente, o fato é que este princípio foi se afirmando com o passar do tempo, como ato de apropriação e de resistência. A associação parte da cerimônia conhecida por “Águas de Oxalá”, que se refere ao banho de Oxalufã – o Oxalá velho – após a saída do cárcere². Vale lembrar que outras festas religiosas no Brasil também apresentam o princípio do sincretismo entre matriz católica e africana como, por exemplo, a Festa de São Jorge na cidade do Rio de Janeiro, que ocorre no dia 23 de abril. A imagem de São Jorge é venerada pelos adeptos da Umbanda e do Candomblé como uma referência ao orixá Ogum.

Como dito anteriormente, não podemos tratar de maneira reducionista a questão do sincretismo religioso. Trata-se de um fenômeno complexo, estudado muitas vezes sob o signo das paixões. Basta lembrar uma explicação-síntese do sociólogo francês Roger Bastide, que se dedicou ao estudo das religiões de origem africana no Brasil: “O espírito não pode viver fora da matéria e, se essa lhe falta, ele faz uma nova”.³ Segundo indica o Relatório, a manutenção da mescla de matrizes religiosas distintas na mesma festa tem sido questionada por grupos de defesa das práticas culturais de cunho afrodescendente, como uma espécie de busca de purificação das tradições de origem africana. No entanto, o desejo de participar da Festa do Bonfim se mantém inabalável entre os adeptos do Candomblé.

Mas não devemos ignorar a forma como o sincretismo revela a luta e a resistência dos grupos que se viram despidos de seu lugar geográfico e simbólico. Portanto, a originalidade da festa não está no “retorno à origem”, e sim na criação de uma forma original de convívio social, apesar das profundas desigualdades e formas de repressão.

É verificável também, no caso da Festa do Bonfim, mudanças nas formas de intervenção e de controle das autoridades laicas, que refletiram níveis de alianças estratégicas conjunturais. Enquanto no regime do padroado os interesses das autoridades

eclesiásticas e civis se comungavam, após a República esta situação foi gradativamente se alterando. Como visto no dossiê de registro, a associação do nome de políticos locais com a fé religiosa foi aumentando bastante a partir dos anos de 1970, levando, como decorrência, à criação de estereótipos da festa, com a intenção de construir uma espécie de “baianidade” como matriz de reconhecimento puramente turístico.

Desde o início do ritual da lavagem ficou claro para a Igreja o princípio do sincretismo, origem de um incômodo registrado em várias descrições, e que levou à sua proibição. Diversos argumentos foram lançados contra o ritual (presentes no relatório), desde o acúmulo do “povo ignorante” na Igreja (como se referiu Maximiliano de Habsburgo em 1860) até a falta de compostura das mulheres, seja no trajar ou no cantar, mas parecendo “uma verdadeira bacanal” segundo José Eduardo de Carvalho Filho, nos anos de 1920.

Numa mesma festa podemos encontrar diferentes perspectivas religiosas, nem sempre harmoniosas, onde se reproduziu o princípio de subjugação característico de uma sociedade escravocrata e bastante hierárquica, base para se entender a formação da sociedade brasileira atual. Enquanto alguns sobem a colina para reverenciar o Jesus Crucificado, culto de matriz católica e ibérica, outros rendem homenagem a Oxalá. Estigmatizar este convívio, como se estivéssemos retornando ao mito da cordialidade brasileira, não dá conta de toda a sua complexidade. Mas a questão das contradições da sociedade soteropolitana, explicitadas no conflito entre uma cultura eurocêntrica e uma cultura dita popular, baseada nas tradições africanas tanto no terreno religioso quanto social, construiu um rico tecido de relações sociais, que traduz mitos e conflitos da própria sociedade brasileira.

Os reflexos dessas relações oriundas do conflito entre o erudito e o popular, sinteticamente falando, proporcionaram a criação de um imaginário próprio, reproduzido nas diversas expressões culturais, especialmente na literatura e na música. Aqui vale lembrar, da extensa galeria construída por Jorge Amado, o personagem Pedro Arcanjo, do romance *Tenda dos Milagres*, publicado em 1969. Arcanjo, um mestiço de origem pobre, começa a estudar os traços de herança africana nos hábitos locais, alçando o posto de crítico do racismo e de todas as formas de repressão contra as religiões afro-descendentes. Suas posições, expressas em livros, causam mal-estar na elite local, e passam a ser ignoradas, até que um cientista estrangeiro chega à cidade para conhecer de perto seu trabalho. Do anonimato, Pedro Arcanjo passa a ser objeto de interesse e estudo.

O romance de Jorge Amado mostra uma Salvador que atravessa o período de modernização decorrente da idéia de progresso pós-republicana, alavancada pelo desenvolvimento de indústrias e melhorias urbanas. Nesse contexto, costura-se um novo projeto nacional, onde o tipo ideal de nova sociedade emergiria de um “branqueamento” das raças existentes no país. As práticas cultuadas nos terreiros de Candomblé passam a ser perseguidas, o que provocou uma reação de base popular, que tinha na figura de Arcanjo

um verdadeiro defensor, um “Rábula do povo”. Para Arcanjo, o tipo ideal brasileiro deveria ser mestiço, pois representava o sincretismo das etnias e das crenças que marcaram o povoamento do país após a chegada dos primeiros europeus.

Outro personagem nascido dos mesmos conflitos da velha Salvador é Zé do Burro, do drama “O Pagador de Promessas”, criado pelo escritor soteropolitano Dias Gomes para o teatro. Levado para o cinema, o filme recebeu a Palma de Ouro no Festival de Cannes, França, como melhor longa-metragem. Zé do Burro é um homem humilde, que possui um pequeno terreno no nordeste brasileiro, e conta com ajuda inestimável de seu burro, a quem se afeiçoa. Quando este adoece, busca num terreiro de Candomblé a ajuda para sua cura. Ao encontrar a “Mãe de Santo” faz uma promessa: caso o burro se recupere, dividiria sua terra entre os pobres e carregaria uma cruz desde sua terra até Salvador, como que cumprindo o calvário de Jesus, que seria oferecida ao padre. Recuperado o burro, inicia sua saga.

Após entender a razão “pagã” da promessa, o padre se recusa a receber no interior da igreja a cruz de Zé do Burro. Aproveitando sua ingenuidade, praticantes de Candomblé passam a usá-lo como uma espécie de líder contra a discriminação, especialmente a exercida pela Igreja Católica, ou líder das causas sociais, ao prometer dividir sua terras com o povo. Após intervenção da polícia, chamada para prevenir os distúrbios, Zé do Burro acaba assassinado em um confronto violento entre policiais e manifestantes. O personagem, já ferido mortalmente, é colocado sobre a cruz, carregado por um grupo de capoeiristas e levado ao interior da igreja.

A força da Festa do Bonfim produziu um dos símbolos de fé mais conhecidos no país, que é a “Medida”, ou Fita do Bonfim. Sua origem está ligada ao desejo dos fiéis de levar para casa lembranças do Senhor do Bonfim, coma intenção de receber seus milagres. Daí surgem as chamadas “medidas”, fitas de pano confeccionadas inicialmente por pintores profissionais, cujo comprimento correspondia à medida do braço direito da imagem (47 cm). Este costume, restrito em seus primeiros momentos a quem poderia arcar com os custos de confecção de fitas de seda ou algodão, bordadas a mão com fios dourados

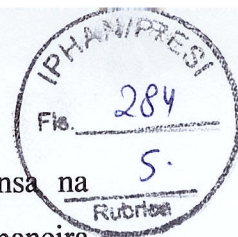


ou prateados, acabou sendo bastante difundido quando passou a ser fabricado em escala industrial, com peças de poliéster. A fita do Bonfim é hoje, sem dúvida, um dos grandes símbolos da fé soteropolitana, e usada no punho dos fiéis, com nós que correspondem ao número de pedidos (normalmente três) que se deseja alcançar. Também é costume amarrar as fitas nas grades da Igreja.

Outro símbolo da festa, de grande força no Estado da Bahia, é o Hino do Bonfim, composto por ocasião das comemorações do centenário da Independência na Bahia. Em diversas ocasiões e festividades, o Hino do Bonfim é tocado como se fosse o próprio Hino do Estado, tamanha a força expressiva da letra e sua relação com a religiosidade praticada no Estado. Faz referência à luta pela Independência e à força simbólica da colina onde se encontra a Igreja do Bonfim (“Glória a ti nessa altura sagrada, és o eterno farol, és o guia (...) sentinela avançada”).

A força simbólica da festa extrapolou o território nacional para representar um sentimento de pertencimento e brasilidade no exterior. Desde 1998 existe uma “Lavagem do Bonfim” em Paris; num primeiro momento na igreja do *Sacré Coeur*, e depois na *Madeleine*. A cerimônia é bastante prestigiada pelos brasileiros que vivem na capital francesa, alguns vestidos de branco, carregando rodos, vassouras e água de cheiro (conhecida também como Lavagem da Madeleine). Também em New York ocorre anualmente, desde 2007, uma cerimônia de Lavagem, na Rua 46, conhecida como *Little Brasil*, no conjunto das festividades da Independência (7 de setembro).

Gostaria, finalmente, de destacar outro aspecto, que fala em especial da trajetória das políticas públicas de proteção do patrimônio cultural no Brasil. O registro da Festa do Senhor do Bonfim significa uma visão de complementaridade entre dois instrumentos referenciais de acautelamento legal. A Igreja do Bonfim foi um dos primeiros bens tombados pelo IPHAN, em 17 de junho de 1938, registrado no Livro de Belas Artes, com número de inscrição 131, e número de processo 0122-T-38. Vista sob a ótica protecionista do início das atividades do IPHAN, a Igreja encarnava o ideal de preservação vigente, onde o objeto construído, marcado pela singularidade das talhas, pinturas, imagens, planta e fachada, tinha fim em si mesmo, independente da dinâmica social que o envolvia. A compreensão de outra dimensão de preservação, como os rituais e festas que marcam a vivência coletiva e a religiosidade, tal qual dispõe o Art. 1º do Decreto 3.551/2000, aplicada ao monumento religioso, proporciona uma compreensão global do sentido de preservar.



A articulação dessas duas dimensões torna-se exemplar quando se pensa na complexa atividade de preservação das manifestações culturais, e dilui, de maneira pedagógica, a fronteira entre a matéria que se preserva e sua representação simbólica na dinâmica da vida de uma sociedade. A Igreja e a Festa do Bonfim passam a ser, agora, artefatos e mentefatos, lugares e ideias.

Sobre as medidas de salvaguarda, no que se refere à gestão da Festa, entendo que o dossiê faz um importante indicativo, quando traduz uma insatisfação constatada entre

muitos entrevistados em relação à melhoria de oferta dos transportes públicos, especialmente na quinta-feira, dia da Lavagem. Este é um desafio que merece atenção por parte das autoridades públicas do município de Salvador.

Também deve ser ressaltada a pertinência da proposta de organização de um fórum com a participação de representantes de todos os seguimentos que participam da gestão e da organização da Festa, para uma reflexão conjunta sobre políticas de salvaguarda. Seria também importante, tendo em vista os desafios detectados, que a municipalidade e órgãos de defesa e proteção dos animais também fossem convidados a participar do fórum.

Finalmente, podemos dizer que a Festa do Bonfim, devido à grande mobilização de participantes, católicos ou adeptos do candomblé, à sua longevidade – sem descontinuidade ou períodos de declínio –, além de seu enorme significado para a cultura baiana e nacional, não corre o risco de ser extinta. No entanto, torna-se imperativo seu Registro. Apoiado, portanto, no dossiê encaminhado à Presidência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pela Superintendência do IPHAN na Bahia em 21 de setembro de 2012 (Memorando nº 0701/12-IPHAN/BA), assinado pelo Superintendente, Sr. Carlos A. Amorim, no parecer favorável da Câmara Técnica, do dia 30 de julho de 2012, e na Nota Técnica (nº 008/2013), de 22 de abril de 2013, da Coordenadora de Registro/DPI, srª Claudia Marina Vasques, recomendo o Registro da Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim no Livro de Registro das Celebrações, em conformidade com o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.

Cícero Antônio Fonseca de Almeida
Diretor

Departamento de Processos Museais
Instituto Brasileiro de Museus